

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

Turismo Ambiente e Desenvolvimento Regional

Mariana Batouxas

1. O Ambiente e o turismo na construção de um novo modelo cultural

A partir dos anos sessenta o aumento dos rendimentos, as férias, a mobilidade e o crescimento de cidades desumanas e desordenadas, fazem aumentar a necessidade de ócio que culmina com uma nova aposta no contacto do Homem com o meio natural.

Em alternativa ao turismo tradicional da década de 50 e 60, tem surgido nos últimos tempos novas formas de fazer turismo, através de modalidades alternativas ao sistema tradicional baseadas no meio ambiente, essencialmente motivadas por duas ordens de razões:

- a tomada de consciência dos graves problemas ambientais face à própria situação de degradação do meio ambiente, contribuindo assim para uma mudança de mentalidade, mais respeitável para com o ambiente;
- o aumento do nível de vida a par da extensão da formação geral dos indivíduos, contribuindo para o salto económico mas também cultural e consequentemente para um aumento do valor atribuído ao ambiente.

Com efeito, as práticas ecológicas dos anos 80 e 90, tornam a natureza um factor importante na formação física e moral dos indivíduos. Mais recentemente impõe-se a natureza como factor estratégico de desenvolvimento. A tomada de consciência do valor real e da fragilidade de certos territórios, leva a que a necessidade de conservação e o desenvolvimento local se transformem nos principais objectivos do desenvolvimento para certas regiões marginais.

Esta aproximação do turismo ao ambiente e ao desenvolvimento, parte dos seguinte pressupostos:

- turismo pode surgir, não apenas como um acto espontâneo de carácter sectorial mas, como o resultado de um trabalho social, de uma lógica colectiva ou de uma preocupação política intencional;
- turismo pode ser um instrumento para proteger e recuperar o meio ambiente, mediante um processo de desenvolvimento integrado e dinâmico e de partilha de responsabilidades;

- a protecção da natureza não tem um valor absoluto em si mesmo, sendo possível também em função dos interesses humanos;

Partindo destes pressupostos procuraremos avaliar ao longo deste trabalho:

- a importância do turismo na definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável;
- a oportunidade e as contradições subjacentes aos conceitos de ambiente e turismo, como elementos que vêm sustentando as políticas recentes de desenvolvimento local, especialmente em áreas protegidas.

A evolução de toda a problemática ambiental e da actividade turística, tem aproximado o turismo com a conservação da natureza, que em sentido mais lato implica a conservação da cultura e do património, traduzindo-se no surgimento de outras formas de turismo que se caracterizam, pela prática de actividades desenvolvidas em estreito contacto com a natureza, respeitando os valores naturais, patrimoniais ou culturais de certas regiões.

Apresentaremos de seguida alguns programas e acções ligados ao turismo, enquanto factor estratégico decisivo, na conservação da natureza e no desenvolvimento local.

2. Os programas e as acções no sentido do turismo sustentável

Ao nível dos grandes organismos internacionais a importância do ambiente, como estratégia do desenvolvimento começa por delinear-se logo em 1972, ano em que a ONU realiza a Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano, onde são produzidos documentos como a *“Declaração sobre Ambiente Humano, um Plano de Acção”*, e é criado o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA).

Começa entretanto a esboçar-se a ideia de eco-desenvolvimento, em que o crescimento económico e o ambiente, podem não ser incompatíveis mas sim interdependentes. Ao nível da actividade turística, ao inicialmente chamado *“turismo verde”*, associa-se posteriormente a designação de rural e mais recentemente o turismo de natureza, vem confirmar os desígnios de conservação e igualmente de desenvolvimento, numa extensão ou prolongamento do desenvolvimento sustentável, cujas intenções e aplicações foram delineadas na Conferência do Rio em 1992.

Em 1995, a Comunidade Europeia, publica o *“V Programa em direcção a um Desenvolvimento Sustentável”*, contendo algumas medidas e acções sectoriais no

sentido da sustentabilidade. No mesmo ano, a Conferência Mundial sobre Turismo realizada em Lanzarote, elabora a “*Carta Mundial para o Turismo Sustentável*”.

Entre os princípios e objectivos enunciados na Carta, sobressaem alguns elementos chave do desenvolvimento local, entre os quais, o reconhecimento de factores locais como o ambiente e a cultura na definição da estratégia turística, ou ainda a cooperação e co-responsabilização dos diversos intervenientes e a participação das comunidades locais na satisfação do turista.

A Conferência Mundial de Turismo Sustentável recomenda aos governos nacionais e regionais, a construção com urgência de planos de acção para um desenvolvimento sustentável aplicados ao turismo, em consonância com os princípios enunciados na Carta.

Em Junho de 1998, a Associação Europeia de Áreas Protegidas, elabora a “*Carta Europeia de Turismo Sustentável*”, constituindo um documento que exprime a vontade dos órgãos de gestão dos espaços protegidos e os agentes turísticos, em pôr em prática um turismo sustentável, definido como qualquer forma de desenvolvimento, equipamento ou actividade turística que respeite e preserve a longo prazo os recursos naturais, culturais e sociais e que contribua de maneira positiva e equitativa para o desenvolvimento económico e qualidade de vida dos que trabalham e visitam os espaços protegidos.

A adesão a esta Carta¹ por qualquer dos agentes locais, implica a elaboração de um programa de acção e a definição de uma estratégia concertada com a população local, no sentido da protecção e valorização do património e do desenvolvimento económico e social. As propostas de acção de acordo com a adesão à Carta, devem incluir entre outras, as seguintes medidas :

- criação de uma oferta específica, através da definição de produtos autênticos e de qualidade ligados aos espaços protegidos;
- educação e sensibilização dos visitantes para uma oferta turística rica mas igualmente frágil;
- organização de programas de formação;
- avaliação da capacidade de carga compatível com desenvolvimento sustentável;

¹ Em Portugal os Parques da Peneda-Gerês e de Sº Mamede propuseram a adesão à Carta Europeia do Turismo Sustentável.

- gestão racional dos recursos, hídricos, energéticos e tratamento dos resíduos;
- programação de uma subscrição pública para a manutenção da conservação e valorização do património;

A adesão à Carta do Turismo Sustentável, recomenda a organização de circuitos de distribuição, que privilegiem os produtos e os serviços locais, com respeito pela qualidade do meio ambiente. A dinâmica na economia local, deverá traduzir-se no surgimento de novas oportunidades de emprego, através de diversos serviços, nas áreas do lazer e do turismo, ou de serviços de interpretação, bem como ainda, em acções de reabilitação do património edificado. As propostas de acção de acordo com a adesão à Carta, interligam-se num compromisso de sustentabilidade e desenvolvimento.

Em Portugal a RCM nº112/98 de 25 de Agosto, vem criar o Programa Nacional Turismo Natureza, assente numa estratégia concertada de turismo e ambiente no sentido de implementar um turismo sustentável nos espaços protegidos.

Todo este conjunto de programas e acções que acabamos de enunciar, vêm sustentando a ideia de que o turismo se constitui, como um meio privilegiado para sensibilizar o grande público para o ambiente e simultaneamente, a alavanca para o desenvolvimento local.

3. A importância do ambiente e do turismo no desenvolvimento de certas áreas deprimidas

A qualidade paisagística ou natural de certos territórios, tem estado na origem da definição por parte dos políticos, de estratégias conducentes ao incremento da actividade turística, apoiando-se numa identidade cultural e em tradições ainda vivas, e por essa via contribuir para a melhoria das condições de vida das populações que neles habitam.

Tal como refere PARTIDÁRIO (1999), as modernas teorias da economia ambiental, introduziram o conceito de *valor de existência*, assente no princípio da diversidade ecológica natural, em que o valor é atribuído segundo critérios de raridade, especificidade e funcionalidade em termos de sistemas ecológicos, contrariando o modelo de desenvolvimento tradicional, cuja prática residia na fixação de índices de

crescimento, com o sacrifício implícito da identidade ecológica ou cultural de certos territórios.

Nesta perspectiva ambiental e de sustentabilidade, apresentaremos de seguida o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) e o Pacto para o Desenvolvimento da Terra Fria Transmontana, como instrumentos da política regional a serem aplicados na região do interior transmontano.

Trata-se no primeiro caso, de objectivar a criação de um produto turístico ligado às áreas protegidas em Portugal, em concreto na região, aos Parques Naturais de Montesinho (PNM) e do Douro Internacional (PNDI). O Pacto para o Desenvolvimento da Terra Fria Transmontana, constitui em si mesmo, uma estratégia de desenvolvimento definida com base na existência de recursos de potencial económico e social, a serem utilizados numa óptica de gestão ambiental e turística.

Antes porém, daremos conta de uma forma muito breve, da situação actual e das perspectivas futuras do Turismo em Espaço Rural na região de Trás-os-Montes e Douro, com especial incidência na Região de Turismo do Nordeste Transmontano que abrange os concelhos do distrito de Bragança.

3.1. A importância do turismo em Trás-os-Montes e Douro

Em 1994 existiam no distrito de Bragança, apenas seis unidades de Turismo em Espaço Rural (TER). A situação em 1997 era quase idêntica à de 1994, com apenas mais uma unidade TER no concelho de Mirandela.

A evolução nos anos mais recentes foi bastante positiva, duplicando o número de unidades TER, ou seja, existem actualmente no distrito de Bragança doze unidades de acomodação turística e uma capacidade de noventa e três camas. Se procedermos à avaliação conjunta das unidades TER e das Moradias Turísticas de 2ª classe, podemos contabilizar no total cerca de 150 camas e 20 unidades de acomodação turística implantadas em meio rural, na RTNT (figura 1).

Apesar desta evolução crescente, a distribuição regional das unidades TER no pelo Douro e Trás-os-Montes, faz notar alguma disparidade na capacidade de acolhimento entre a parte a ocidente, respectivamente o eixo Chaves, Vila Real e Lamego, e a parte oriental de Trás-os-Montes (quadro 1).

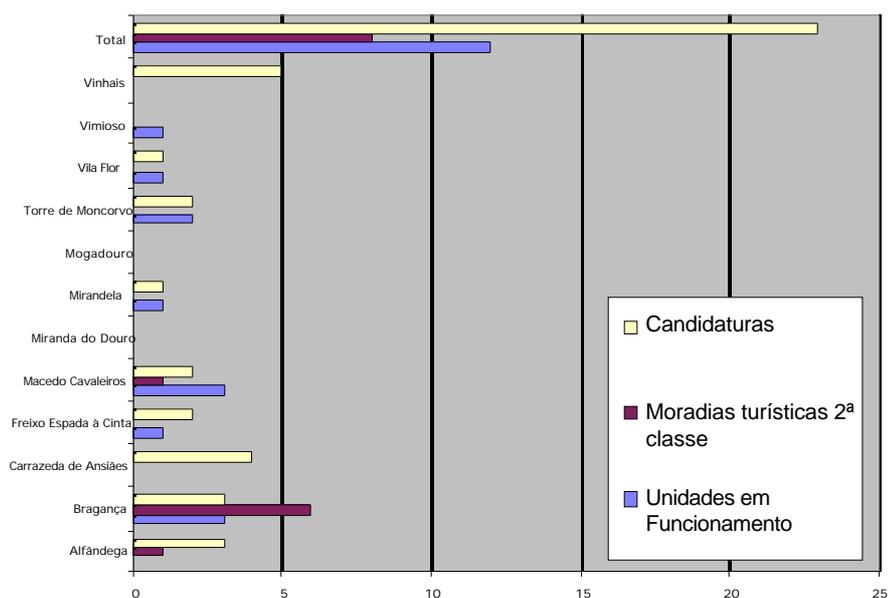


Figura 1_ Unidades TER, moradias turísticas 2ª classe e candidaturas TER na RTNT

Esta disparidade acentua-se à medida que caminhamos para o norte e o leste da região, naquela que vulgarmente designamos por Terra Fria Transmontana, onde apenas existem quatro unidades TER, três delas em Bragança e uma em Vimioso.

Quadro1 _ Unidades TER existentes nas regiões do Douro e Trás-os-Montes²

| Douro | unidades | Trás-os-Montes | unidades |
|--------------------------|----------|----------------------|----------|
| Alijó | 1 | Bragança | 3 |
| Armamar | 2 | Chaves | 7 |
| Cinfães | 3 | Macedo de Cavaleiros | 3 |
| Freixo de Espada à Cinta | 1 | Mirandela | 1 |
| Lamego | 12 | Montalegre | 2 |
| Meda | 6 | Valpaços | 1 |
| Mesão Frio | 2 | Vila Pouca de Aguiar | 2 |
| Moimenta da Beira | 1 | Vimioso | 1 |
| Resende | 4 | | |
| Sabrosa | 4 | | |
| S. João da Pesqueira | 2 | | |
| Stª Marta Penaguião | 4 | | |
| Sernancelhe | 2 | | |
| Tabuaço | 3 | | |
| Tarouca | 1 | | |
| Torre de Moncorvo | 2 | | |
| Vila Flor | 1 | | |
| Vila Real | 6 | | |
| Total | 57 | Total | 20 |

² Os dados que constam do quadro 1, foram retirados do Guia de Alojamento publicado pela ADETURN. Apenas se inseriram no quadro os concelhos que dispunham de unidades TER.

Esta situação, parece levar-nos a concluir do carácter ainda algo incipiente da capacidade de acomodação turística actualmente existente no Nordeste Transmontano, especialmente na vertente do TER, embora se possa prever que a mesma venha a ser alterada, pelas intenções de investimento neste campo.

Com efeito, deram entrada no Gabinete de Apoio ao Investidor da RTNT, vinte e três projectos de empreendimentos de TER, durante o período de Janeiro de 2000 até Maio de 2001 (figura 1).

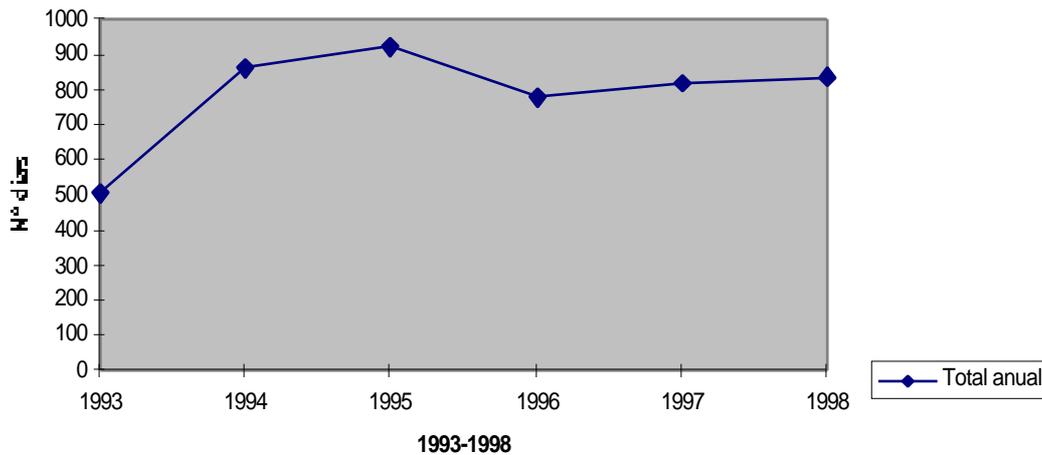


Figura 2_ Total de dias de ocupação dos visitantes no Parque Natural de Montesinho

Por outro lado a implantação relativamente modesta do alojamento TER no Nordeste Transmontano, contrasta fortemente com a procura de que a região tem sido alvo, especialmente no que respeita ao PNM (figura 2), levando a crer na oportunidade e urgência da implementação de programas e acções que aproveitem o potencial turístico que a região dispõe, designadamente pela vertente ambiental.

3.2. O Programa Nacional de Turismo de Natureza em Portugal

O Programa Nacional de Turismo de Natureza, criado pela RCM Nº 113/98, na dependência dos ministérios do Ambiente e do Turismo, vem acrescentar aos espaços protegidos, a importância que os mesmos poderão ter, na conservação e no desenvolvimento local, através do incentivo ao turismo, enquadrando-se numa evolução recente, da problemática ambiental e da actividade turística em geral.

A tipologia dos projectos a apresentar ao PNTN, vem no sentido de criar equipamentos e possibilitar o usufruto da natureza, ou o contacto com o ambiente rural e a cultura local, através da estadia em casas tradicionais, respectivamente as Casas de Natureza e os empreendimentos TER. Os objectivos do programa visam promover a(os):

- projectos e acções que contribuam para a adequada visitabilidade através da criação de equipamentos infra-estruturas;
- criação de empreendimentos de TER nas áreas protegidas e simultaneamente de Casas de Natureza;
- instalação em cada área protegida de centros de recepção/interpretação, circuitos interpretativos e sinalização;
- criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, numa perspectiva de aproximação entre populações e turistas;
- criação de novas profissões e actividades na área do turismo, mais aliciantes à fixação dos jovens;
- produtos de base local e a sua comercialização;
- divulgação das manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural;
- compatibilização das características ecológicas e culturais de cada local com as actividades turísticas a desenvolver.

O PNTN, ao possibilitar o entendimento dos espaços protegidos não apenas como reservas integrais, mas incorporando o uso turístico como um serviço aos visitantes, permite gerar algumas situações de emprego através da implementação de Programas, da instalação de diversos Equipamentos e da oferta de Serviços, conforme se pode visualizar no quadro 2.

Quadro 2_ Tipologia e caracterização das acções a enquadrar no PNTN

| PROJECTOS E ACÇÕES do PNTN | CARACTERIZAÇÃO |
|---|---|
| PROGRAMAS | |
| *Planos de informação | *Constituição de equipas de informadores que facilitem o conhecimento do parque principalmente nos períodos de maior numero de visitantes |
| *Programas educativos | *Constituição de programas de educação com as escolas do Parque |
| *Ocupação de tempos livres | *Visitas guiadas ao Parque para escolas ou grupos juvenis |
| EQUIPAMENTOS | |
| *Centros de interpretação | *Centros dotados de material audiovisual e multimédia |
| *Museus e exposições permanentes | *Divulgação do artesanato e das tradições regionais, bem como exposições sobre temáticas regionais |
| *Centros de documentação e investigação científica | *Centros dotados com material de laboratório para investigação |
| *Alojamentos para investigação | *Alojamentos para estudantes com um programa pedagógico |
| *Centros de acolhimento | *Estadia em casas tradicionais |
| *Casas-abrigo e casas-retiro | *Estadia em alojamentos TER |
| *Turismo Rural | *Fabrico de artesanato e venda de produtos regionais |
| *Escolas-oficina | *Aluguer de material desportivo ou outro, com vista à prática desportiva, ou a realização de itinerários turísticos |
| *Centros de animação e aluguer | |
| SERVIÇOS | |
| *Parques de merendas | *Áreas dotadas de mesas, sanitários e água |
| *Actividades de animação (ocupação de tempos livres, interpretação ambiental e desportos de natureza) | *Constituição equipas de animação ambiental; turística e desportiva |
| *Itinerários guiados | *Constituição de itinerários guiados e devidamente sinalizados com um folheto explicativo |
| OUTROS ELEMENTOS | |
| *Sinalização | *Ligação entre pontos-chave na constituição dos itinerários e dos programas de educação e animação. |
| *Publicações | *Criação de um logotipo para os produtos e serviços do Parque. |
| *Criação de imagem de marca do PNM | |

A criação de condições para a inclusão dos agentes locais e da população nos planos de ordenamento, através da informação e da co-responsabilização, são condições essenciais para o aumento da receptividade do programa, e desde logo da possibilidade de investimento, bem como garantia da conciliação entre preservação dos valores naturais e desenvolvimento local sustentável.

3.3. O Pacto para o desenvolvimento da Terra Fria Transmontana

O “Pacto para o Desenvolvimento da Terra Fria Transmontana”, apresentado em Bragança em Abril de 2001, na base de uma parceria entre os Ministérios do Ambiente

e Ordenamento e o Ministério do Planeamento, define um programa de execução que dá pelo nome de “Rota da Terra Fria”.

O principal objectivo da execução deste programa, tem que ver com a necessidade de colmatar algumas insuficiências regionais, em matéria de infra-estruturas e equipamentos, constituindo a alavanca para o investimento na actividade turística. Com efeito, do total do investimento programado, correspondente a três milhões de contos, cerca de 80% do mesmo, incide sobre acções que incluem, infra-estruturas, equipamentos e requalificação urbana.

Por outro lado, o conjunto de acções a executar, ao constituir-se como condição base de melhoria da qualidade de vida das populações locais, mas também dos visitantes, permite gerar uma dinâmica no sentido do aumento da oferta de emprego.

A programação que suporta este pacto é em si mesmo um instrumento operacional, pelo que a consecução de algumas das acções, entronca directamente com oportunidades de investimento, seja no sector da acomodação, ou na animação turística (quadro 3).

Quadro 3_ Tipologia e caracterização das acções a incluir na Rota da Terra Fria

| TIPOLOGIA DOS PROJECTOS | CARACTERIZAÇÃO | NºProjectos |
|--|--|-------------|
| Viabilização da Rota_ Infraestruturas | | |
| *Ligações e acessos | *Possibilidade de realizar itinerários e rotas de interesse ambiental e turístico | |
| Total de projectos | | 13 |
| Equipamentos e Estruturas de Animação- Serviços, Lazer, Turismo, e Apoio aos produtos regionais | | |
| *Parques de campismo | *Acomodação turística | 2 |
| *Centros de convívio | *Programas ocupacionais | 4 |
| *Praias fluviais | *Programas de animação turística | 9 |
| *Miradouros | *Informação turística | 8 |
| *Parques de merendas | | 13 |
| *Postos de turismo | | 9 |
| *Postos de venda de produtos regionais | * Ligação entre agricultores, artesãos e visitantes da região; * Ligação entre animadores turísticos e grupos de visitantes da região | 15 |
| Total de projectos | | 60 |
| Recuperação da Imagem Urbana da Envolvente da Rota_ Infraestruturas e Equipamentos | | |
| *Renovação de ruas, largos e praças nas aldeias | *Requalificação paisagística e | 17 |
| *Recuperação, renovação e limpeza de zonas ribeirinhas | urbana para adaptação a novas funções e serviços | 3 |
| *Recuperação de edifícios públicos e privados | (acomodação, restauração, informação ambiental, turística, cultural) | 10 |
| Total de projectos | | 30 |

A criação de postos de venda de produtos regionais, contribuirá para apoiar a economia local, através da produção e comercialização dos produtos agrícolas e do artesanato.

As ligações e acessos, a qualificação urbana dos aglomerados atravessados pela Rota, ou ainda a sua dotação em equipamentos e serviços constituem a componente material deste pacto. A componente imaterial, terá a seu cargo a divulgação, a animação e o apoio aos investimentos do sector privado.

A definição do percurso da Rota da Terra Fria, inscrito em grande parte nas áreas protegidas do PNM e DI, leva a considerar a sua forte componente ambiental, sustentando a base de uma actuação conjunta entre profissionais do turismo e do ambiente, bem como das associações locais, no sentido de analisar as interdependências possíveis, os seus efeitos e otimizar recursos e resultados para o desenvolvimento sustentável.

4. Novas valências e usos do espaço_ oportunidades e contradições

A uniformização de hábitos e modos de vida característicos da sociedade postindustrial aliada a uma degradação ambiental crescente, explicam o surgimento de uma nova consciência ambiental, especialmente dos consumidores turísticos, que segundo ABAD (2000), se vem expressando através de novas motivações e expectativas, fazendo parte de um processo de difusão de um novo modelo cultural e de vida.

A definição dos actuais instrumentos e políticas para o mundo rural, incluindo os espaços protegidos, tais como aqueles que anteriormente apresentamos, constituem acções integradas de desenvolvimento em territórios marginais, onde existe um carácter de singularidade dos espaços e uma forte componente ambiental. Esta realidade tem motivado a definição de novas valências e valores de uso do solo, na tentativa de encontrar formas mais conscientes e participativas na responsabilidade de gerir esses mesmos bens.

Segundo MACHADO et al (1998), também em Portugal, a avaliar pelos estudos e enquanto preocupação relativamente recente, parece não haver dúvida que o ambiente rapidamente encontrou lugar na consciência colectiva dos Portugueses, *pelos menos a nível retórico e cognitivo,(...)*.

No entanto e, quando em virtude de novos usos para estes espaços, ligados com a conservação, ou mais recentemente com o turismo, se propõem algumas restrições em consequência da transformação da paisagem, tal como refere ROSADO (1997), *o processo raramente está isento de contradições*. Parece com efeito que, a ideia de dar

um carácter institucional à protecção de determinados espaços, é uma ideia basicamente urbana ou cidadina, ou ainda animada por espíritos mais “*iluminados*” com formação científica específica e como tal geradora de conflitos com as populações locais.

Veja-se a este propósito a polémica gerada, em torno da construção de uma via rápida ou um itinerário principal (IP) a atravessar o Parque Natural de Montesinho ligando a cidade de Bragança a Puebla de Sanábria, em Janeiro de 2001. O então recentemente empossado director do Parque, mantinha algumas reservas quanto à construção da dita ligação viária.

Sobre a opinião publicamente manifestada pelo director do PNM, lia-se na imprensa regional em artigo de FERREIRA (2001): “ *é querer transformar o PNM num imenso jardim arbóreo-zoológico onde as pessoas também fiquem reduzidas à dimensão natural do Parque(...) encarceradas num modelo de produção económica ancestral, afastando-as assim das novas tecnologias de produção(...), não consigo entender os movimentos ecologistas, por me parecer que o são só de nome e não de facto, porque não têm a responsabilidade de dar de comer às pessoas*”.

Quando a propósito de desenvolvimento local ou de sustentabilidade, se coloca a tónica no turismo, parece ser aos não rurais, ou citadinos, cansados da uniformização ou do congestionamento, ou ainda da ausência de referências identitárias, que interessa a conservação das paisagens, para as gozar, e como tal, as consideram reserva de riquezas naturais, fundamentais ao desenvolvimento da sociedade actual.

Voltando de novo à polémica instalada em torno da IP Bragança-Puebla de Sanábria, dizia um autarca da região, em entrevista a um semanário local em Janeiro de 2001: “ *as políticas de conservação ambiental não podem ser impeditivas do desenvolvimento das infra-estruturas indispensáveis ao equilíbrio territorial e à coesão económica e social. A preservação do PNM deverá ser feita com as populações e seus eleitos(...). Registe-se que a Comissão Directiva integra um representante das autarquias e apenas reuniu uma vez desde 1997*”.

A ausência de uma ampla discussão ou consenso, em torno das políticas ou dos planos de ordenamento, carecendo por vezes de alguma partilha de responsabilidade com os agentes locais, acaba por criar um “*divórcio*” entre as populações que vivem nos espaços protegidos ou na sua área envolvente, e as opções que constam dos planos de desenvolvimento.

Por outro lado cabe perguntar se, a par da importância actual ao nível das políticas ou das consciências mais bem formadas, quanto à necessidade de desenvolver uma estratégia de conservação dos recursos, ou uma estratégia territorial de desenvolvimento turístico no sentido da sustentabilidade e do desenvolvimento local,

existe a nível local/regional uma tomada de consciência social/institucional sobre esta matéria. Frequentemente, como diz REIGADO (2000), *entre os valores expressos e as práticas efectivas, existe uma certa margem de divergência e desarticulação.*

O desejo de conservação ambiental, ou pelo menos a apologia do selvagem, associada em especial ao uso turístico dos espaços protegidos, parece ser inversamente proporcional à distância do indivíduo ao território em causa. Segundo LODER (2000), *não se trata decerto de distância física, mas de distância cultural ou social. Com efeito ela parece relacionar-se com a urbanidade, entendida como a medida da distância pessoal em relação a práticas agrícolas.*

Quando o que está em causa é apenas o incremento e a diversificação da actividade turística, o desejo explícito do exótico ou dos lugares paradisíacos, transforma-se em estratégia de marketing, tal como se pode comprovar através dos programas de viagens, ou simplesmente pela leitura do Guia Turístico de Portugal que a propósito da região do interior norte, refere: “ *Esta região, no Nordeste de Portugal, inclui algumas das melhores paisagens e zonas rurais, que vão desde a área selvagem de Trás-os-Montes até às pequenas cidades medievais, (...)*

As intenções de investimento público presentes nos dois programas anteriormente citados (PNTN e Pacto da Rota da Terra Fria), para além de permitirem suplantar algumas insuficiências estruturais, poderão ter um efeito demonstrativo, quer ao nível da iniciativa local, quer na conjugação de sinergias, pondo em prática alternativas possíveis, para conseguir cenários adequados ao desenvolvimento.

Pensar o desenvolvimento nas regiões do interior exige em primeiro lugar, o abandono de alguns princípios que têm orientado o desenvolvimento noutras regiões, designadamente as urbano-industriais, ou aquelas que sofreram o fenómeno do turismo de massas. Exige ainda, que aqueles mesmos princípios e orientações, sejam compreendidos e aceites pela comunidade local. Tal como diz BURNAY, citado em VILAR (2001), *se o que os turistas buscam é o ambiente, então há que conservá-lo. Se o que apaixona os turistas é o ambiente, haverá que fazer igualmente nascer essa paixão na própria comunidade que acolhe os turistas .*

O desenvolvimento rural prolonga um diálogo ancestral entre os homens e a natureza. O que era visto ainda recentemente em algumas regiões marginais, como um atraso, é agora considerado como uma oportunidade de:

- criar as condições para a valorização das características sociais, culturais e económicas através dos recursos endógenos (naturais, paisagísticos e humanos) ;
- criar as infra-estruturas e equipamentos necessários ao desenvolvimento de diversas actividades;

- gerar investimento público como mobilizador para o investimento privado;
- criar emprego como complemento com as actividades tradicionais, ou em novas actividades mais atraentes para os jovens;
- desenvolver uma intervenção territorial integrada;
- caminhar no sentido do desenvolvimento sustentável;

Apesar dos trunfos que caracterizam a perspectiva ambiental, cultural e turística de certos territórios, e que têm constituído o suporte das políticas e dos programas a favor do mundo rural, permitindo a criação de oportunidades de desenvolvimento, não devemos contudo deixar de salientar, alguns dos constrangimentos no que se refere à(ao):

- receptividade e interesse das populações locais pelo ambiente, o turismo e o desenvolvimento local sustentável;
- valorização dos saberes, usos e riquezas naturais da região pelos naturais da região;
- estímulo dos agentes e líderes locais, na base de novos princípios e orientações para o desenvolvimento sustentável;
- cooperação institucional;
- oportunidade de criar emprego estável e duradouro;
- efeito demonstrativo e eficaz da intervenção pública nos programas;
- desenvolvimento de projectos e acções no sentido da sustentabilidade.

Mesmo que existam algumas contradições subjacentes à aplicação das políticas para o mundo rural, em especial para os espaços protegidos, é oportuno e urgente encontrar novos rumos e práticas, que em definitivo iniciem a inversão do abandono a que têm sido votadas as regiões rurais do interior, transformando o horizonte sombrio numa esperança para o desenvolvimento.

A mobilização das populações locais, aliada à intervenção dos poderes públicos e das políticas comunitárias, contribuirão certamente para uma procura crescente, por parte da sociedade em geral e dos locais em particular, de um melhor ambiente, de belas paisagens, de aldeias vivas e de produtos de qualidade.

Em suma a aplicação dos programas e acções ao mundo rural poderão conduzir a uma equiparação progressiva dos níveis de vida entre as populações rurais, que directamente tomam a seu cargo a conservação do ambiente, e aquelas que por prazer e ócio as valorizam.

Bibliografia

- ABAD, H. (2000): El uso potencial natural de los paisajes como recurso turístico. Implicaciones medio ambientales. In Congreso Internacional Turismo y Mediterráneo. Almeria, 8-11 Febrero, 2000.
- ADETURN, (2000): Guia de Alojamento. Turismo norte de Portugal. Associação Desenvolvimento Turismo Norte de Portugal. Porto.
- AMTFT, (2001): "Rota da Terra Fria _ Pacto para o Desenvolvimento da Terra Fria Transmontana". Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana. Bragança, Abril 2001.
- BURNAY, M. (2000): *O Programa Nacional de Turismo de Natureza. Uma Política de Acção para o Turismo Sustentável em Áreas Protegidas*. Congresso Europeu de Turismo, Beja. Junho 2000 (<http://www.estig.ipbej.pt>).
- CASTAÑER, M et al. (1998): *Turismo sostenible en los espacios protegidos. El casp del Parque Natural de la zona volcánica de la Garrotxa*. In Sociedade e Território, nº28: Territórios do Lazer e Turismo. Edições Afrontamento, Porto, pp: 80-88.
- DOMINGUES, A. (1997) : *Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e a vantagem da sustentabilidade*. In "Perspectivas de Desenvolvimento do Interior". INCM, pp: 69-77.
- EUROPARC, (1998): " Charte européenne du tourisme durable dans les espaces protégés". Version Officielle de la Charte. Fédération des Parcs naturels régionaux de France. Paris.
- FERNÁNDEZ, G. RAMOS, A. (2000): *Innovación y Cambio Rural: El Turismo en el Desarrollo Local Sostenible*. "INNOVACIÓN, DESARROLLO Y MEDIO LOCAL. DIMENSIONES SOCIALES Y ESPACIALES DE LA INNOVACIÓN". SCRIPTA NOVA nº 69 (55), Barcelona. (<http://ub.es/geocrit/sn-6955.html>).
- FERREIRA, H (2001): *Resposta a um Herdeiro Lisboaeta*. "Mensageiro de Bragança"- 26 Janeiro 2001. Bragança.
- LODER, J. (2000): *On parks and people: towards a social geography of productivity, preservation and profit*. "Conservação da Natureza e Desenvolvimento Económico". GeolNova nº 2. Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Lisboa pp: 9-27.

- MARAÑA, C. E VELASCO J. (2000): *Los Espacios Naturales Protegidos en Castilla y León: un plan ambicioso entre la escasez de medios y un futuro incierto*. Em Valle BUENESTADO, B.- Coord. Geografía y Espacios Protegidos, Edt. AGE y FENPA, Murcia, pp: 75-102(<http://www.fyl.uva.es/geografia/geoart19.html>).
- PAIS, J. et al., (1998): “Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea. Instituto de Estudos Sociais. SEJ.
- PARTIDÁRIO, M. (1997): *Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e a vantagem da sustentabilidade*, em “Perspectivas de Desenvolvimento do Interior”. INCM, pp: 59-69.
- PARTIDÁRIO, M. (1999): “Critérios Para um Turismo Ambientalmente Responsável”. Relatório Síntese. Universidade Nova de Lisboa.
- REIGADO, F.(2000): “Desenvolvimento e Planeamento Regional. Uma Abordagem Sistémica. Referência /editorial estampa, Lisboa.
- RIBEIRO, M. (2000): Turismo - Diagnóstico e Orientações Prospectivas. Em Fórum da Iniciativa Económica em Trás-os-Montes e Alto Douro. SPIDOURO, Vila Real.
- RONDÓN, M. (1997): *La Población residente como elemento de gestión de los espacios naturales protegidos*. Em A. Lillo e J. Bruggemann (orgs.). “Planificación y Gestión en Espacios Naturales Protegidos”. Programa de Colaboración e Intercambio. Madrid y Catalunya. EUROPARC , España.
- ROSADO, J. (1997): *La gestión pública del turismo en los espacios protegidos: El Parque Natural y Reserva de la Biosfera del Montseny (Cataluña, España)*. Em A. Lillo e J. Bruggemann (orgs.). “Planificación y Gestión en Espacios Naturales Protegidos”. Programa de Colaboración e Intercambio. Madrid y Catalunya. EUROPARC , España.
- SILVA, C. (2000): *Áreas Protegidas em Portugal: Que papel?*. “Conservação da Natureza e Desenvolvimento Económico”. GeolNova nº 2. Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Lisboa pp:27-45.
- VAZ HELENA; RODRIGUES ARMINDO (1993-1998), Abrigos de Montanha - Parque Natural de Montesinho, Dados de Ocupação. Bragança.
- VILAR, E. (2001): *Desenvolvimento local depende do turismo rural e da conservação do ambiente*. In I Bienal de Turismo Rural Atlântico nos Açores. Jornal Público, 21 Abril 2001.Porto.